

# ACEF/1314/24617 — Relatório final da CAE

## Caracterização do ciclo de estudos

### Perguntas A.1 a A.10

A.1. Instituição de Ensino Superior / Entidade Instituidora:

Instituto Politécnico De Bragança

A.1.a. Outras Instituições de Ensino Superior / Entidades Instituidoras:

A.2. Unidade(s) orgânica(s) (faculdade, escola, instituto, etc.):

Escola Superior De Educação De Bragança

A.3. Ciclo de estudos:

Educação Ambiental

A.4. Grau:

Mestre

A.5. Publicação do plano de estudos em Diário da República (nº e data):

<sem resposta>

A.6. Área científica predominante do ciclo de estudos:

Ciências da Natureza

A.7.1 Classificação da área principal do ciclo de estudos de acordo com a Portaria nº 256/2005, 16 de Março (CNAEF):

422

A.7.2 Classificação da área secundária do ciclo de estudos de acordo com a Portaria nº 256/2005, 16 de Março (CNAEF), se aplicável:

852

A.7.3 Classificação de outra área secundária do ciclo de estudos de acordo com a Portaria nº 256/2005, 16 de Março (CNAEF), se aplicável:

<sem resposta>

A.8. Número de créditos ECTS necessário à obtenção do grau:

90

A.9. Duração do ciclo de estudos (art.º 3 Decreto-Lei 74/2006, de 24 de Março):

3 semestres

A.10. Número de vagas aprovado no último ano lectivo:

30

## Relatório da CAE - Ciclo de Estudos em Funcionamento

### Pergunta A.11

A.11.1.1. Condições de acesso e ingresso, incluindo normas regulamentares

Existem, são adequadas e cumprem os requisitos legais

A.11.1.2. Evidências que fundamentam as classificações de cumprimento assinaladas.

As condições de acesso e ingresso cumprem os requisitos legais, designadamente, o artigo 17 do DL n.º 74/2006, alterado pelo Decreto-Lei n.º 107/2008 de 25 de Junho, embora a formulação apresentada no Relatório de Auto-Avaliação (RAA) não esteja totalmente clara e fique aquém do rigor da lei.

A.11.2.1. Designação

É adequada

A.11.2.2. Evidências que fundamentam as classificações de cumprimento assinaladas.

Designação sucinta, clara e que remete para um domínio profissional de banda larga: Educação Ambiental. No RAA, o ciclo de estudos (CE) apresenta “Ciências da Natureza” (CN) como área fundamental (35% dos ECTS), o mesmo acontecendo na adenda ao RAA (73% dos ECTS).

No que se refere às áreas CNAEF, a adenda ao RAA indica como áreas principais:

- A 850 (Proteção do Ambiente), que parece inconsistente com a área CN, indicada no Plano de Estudos.

- A 140 (Formação de Professores/Formadores e Ciências da Educação), inconsistente com as áreas indicadas no Plano de Estudos.

Sendo um curso de Educação Ambiental, seria desejável um maior equilíbrio de ECTS entre as áreas CN (CNAEF 422 - Ciências do Ambiente) e “Ciências da Educação” (CNAEF 142 - Ciências da Educação).

Na pronúncia a IES aceitou as recomendações da CAE, considerando como áreas principais as da Ciências da Natureza (CNAEF 422) e Ciências da Educação (CNAEF 142), respectivamente, com, 60,5 (50,4%) e 40,5 (33,8%) dos ECTS do CE.

A.11.3.1. Estrutura curricular e plano de estudos

Satisfaz as condições legais

A.11.3.2. Evidências que fundamentam as classificações de cumprimento assinaladas.

O número de ECTS, quer no plano de estudos (PE) referido no RAA, quer no novo PE (em adenda ao RAA), estão de acordo com os requisitos da lei. O PE do RAA apresenta 90 ECTS, sendo de 120 ECTS no novo PE. A maior diferença reside, no entanto, no número de ECTS da dissertação/trabalho de projeto/estágio, que passa dos actuais 30 para 55 ECTS. O número de ECTS por semestre é, em qualquer dos PE, de 30, correspondendo a cada ECTS, 27 horas de trabalho. As horas de contacto variam entre 33-40% (do total) no PE do RAA, sendo cerca de um terço no novo PE. Todavia é referido no RAA que “De uma forma geral, o número de horas de contacto em cada UC (40 a 45% do número de horas total) é adequado para a consecução dos objetivos definidos. Esta percentagem de horas de contacto verifica-se praticamente em todos os cursos da ESEB, por decisão do CTC.”

A.11.4.1 Docente(s) responsável(eis) pela coordenação da implementação do ciclo de estudos

Foi indicado e tem o perfil adequado

A.11.4.2. Evidências que fundamentam as classificações de cumprimento assinaladas.

A coordenação do curso é assegurada por três docentes, todos em regime de tempo integral, sendo um dos quais licenciado em Geologia e mestre e doutor em Geologia Aplicada, i.e. na área fundamental do ciclo de estudos (Ciências da Natureza). A Comissão de Avaliação Externa (CAE) considera, assim, que, conforme o enquadramento legal em vigor, um dos docentes, em cuja ficha está indicado o cargo de Presidente da Comissão Científica do Curso, tem perfil académico e científico adequado ao ciclo de estudos.

## **Pergunta A.12**

A.12.1. Existem locais de estágio e/ou formação em serviço.

Sim

A.12.2. São indicados recursos próprios da instituição para acompanhar os seus estudantes no período de estágio e/ou formação em serviço.

Sim

A.12.3. Existem mecanismos para assegurar a qualidade dos estágios e períodos de formação em serviço dos estudantes.

Sim

A.12.4. São indicados orientadores cooperantes do estágio ou formação em serviço, em número e qualificações adequadas (para ciclos de estudos de formação de professores).

Sim

A.12.5. Evidências que fundamentem a classificação de cumprimento assinalada.

São indicados os locais de estágio, a forma de avaliação e seleção dos elementos das instituições de estágio e os recursos usados para acompanhamento dos estágios pela Escola Superior de Educação de Bragança (ESEB), nomeadamente a longa distância. Também se apresenta o mapa dos orientadores cooperantes de estágio.

#### A.12.6. Pontos Fortes.

A relevância e a qualidade das instituições onde se realizam os estágios.

#### A.12.7. Recomendações de melhoria.

Explicitar como se processa o acompanhamento de estágios a longa distância e as dificuldades, desafios e sucessos dos estagiários.

## 1. Objectivos gerais do ciclo de estudos

1.1. Os objectivos gerais definidos para o ciclo de estudos foram formulados de forma clara.

Em parte

1.2. Os objectivos definidos são coerentes com a missão e a estratégia da instituição.

Sim

1.3. Os docentes envolvidos no ciclo de estudos, bem como os estudantes, conhecem os objectivos definidos.

Em parte

1.4. Evidências que fundamentem a classificação de cumprimento assinalada.

Os objetivos gerais apresentados estão formulados de forma pouco clara, não estando aplicados à área de Educação Ambiental, nem definem o perfil do profissional a formar. Não correspondem aos objetivos disponibilizados na página web da ESEB. Todavia, os objetivos gerais apresentados na adenda ao RAA já realçam competências científicas na área ambiental, não ficando, ainda assim, explícita a dimensão educacional.

1.5. Pontos Fortes.

Os objetivos gerais apresentados na adenda ao RAA já realçam competências científicas na área ambiental.

1.6. Recomendações de melhoria.

Melhorar os objetivos do curso, aplicando-os à Educação Ambiental e dando relevância à cidadania ambiental e às metodologias de educação ambiental.

## 2. Organização interna e mecanismos de garantia da qualidade

### 2.1. Organização Interna

2.1.1. Existe uma estrutura organizacional adequada responsável pelos processos relativos ao ciclo de estudos.

Sim

2.1.2. Existem formas de assegurar a participação activa de docentes e estudantes nos processos de tomada de decisão que afectam o processo de ensino/aprendizagem e a sua qualidade.

Sim

2.1.3. Evidências que fundamentem a classificação de cumprimento assinalada.

São referidas competências de diversos intervenientes do curso, sendo referido que a criação de ciclos de estudos parte da Direção, ouvido o Conselho Permanente. São os Conselhos Técnico-Científicos (CTC) da ESE e do Instituto Politécnico de Bragança (IPB) que deliberam sobre a criação do ciclo de estudos e aprovam o plano de estudos e os programas das UCs. Existe uma Comissão de Curso, constituída por docentes e alunos, que elege o Diretor de Curso. Esta comissão integra o Conselho Pedagógico e é responsável por monitorizar o funcionamento das várias UCs. O

Coordenador de Departamento valida, anualmente, as fichas das UCs do Departamento, após atualização dos conteúdos, metodologias e bibliografia. O serviço docente é aprovado pelo CTC e homologado pelo Director.

Os inquéritos aos alunos, com vista á avaliação do desempenho docente e ao funcionamento das UCs, são anuais.

#### 2.1.4. Pontos Fortes.

Participação de docentes e estudantes na CC e no CP, órgãos que podem influenciar o processo de ensino e aprendizagem.

Inquéritos aos alunos sobre o funcionamento das UCs.

#### 2.1.5. Recomendações de melhoria.

Garantir a interdisciplinaridade nas UCs, através da colaboração entre Departamentos.

## 2.2. Garantia da Qualidade

2.2.1. Foram definidos mecanismos de garantia da qualidade para o ciclo de estudos.

Sim

2.2.2. Foi designado um responsável pelo planeamento e implementação dos mecanismos de garantia da qualidade.

Sim

2.2.3. Existem procedimentos para a recolha de informação, acompanhamento e avaliação periódica do ciclo de estudos.

Sim

2.2.4. Existem formas de avaliação periódica das qualificações e competências dos docentes para o desempenho das suas funções.

Sim

2.2.5. Os resultados das avaliações do ciclo de estudos são discutidos por todos os interessados e utilizados na definição de acções de melhoria.

Sim

2.2.6. O ciclo de estudos já foi anteriormente avaliado/acreditado.

Em parte

2.2.7. Evidências que fundamentem a classificação de cumprimento assinalada.

Forte preocupação com o acompanhamento do percurso dos estudantes em termos de conhecimentos à entrada, sucesso escolar/eficiência educativa, aprendizagem, satisfação e abandono escolar e monitorização do percurso dos diplomados no exterior. A informação é obtida e analisada, informando-se o CP e/ou o CTC das alterações consideradas necessárias.

Os docentes são avaliados nos termos da lei.

A Instituição de Ensino Superior (IES) foi avaliada pela European University Association (EUA).

#### 2.2.8. Pontos Fortes.

Existência de um Manual da Qualidade.

A IES foi avaliada pela EUA.

Preocupação com a aplicação dos Processo de Bolonha, através da sua monitorização em relatórios.

Preocupação com as taxas de sucesso e do abandono escolar dos seus estudantes.

Monitorização da qualidade das UCs, através de inquéritos aos alunos.

#### 2.2.9. Recomendações de melhoria.

Implementação de um sistema integrado de gestão da qualidade, certificado por entidades competentes.

Reforço do acompanhamento do percurso dos diplomados.

### **3. Recursos materiais e parcerias**

#### **3.1. Recursos materiais**

3.1.1. O ciclo de estudos possui as instalações físicas necessárias ao cumprimento sustentado dos objectivos estabelecidos.

Sim

3.1.2. O ciclo de estudos possui os equipamentos didácticos e científicos e os materiais necessários ao cumprimento sustentado dos objectivos estabelecidos.

Em parte

3.1.3. Evidências que fundamentem a classificação de cumprimento assinalada.

Existem áreas adequadas à lecionação de UCs de diferentes domínios, como as Ciências Naturais, as Ciências Sociais, a Informática e Multimédia, as Artes e o Desporto. Os laboratórios de Ciências Naturais têm um equipamento base relevante, mas não é explicitado equipamento específico para o estudo dos problemas ambientais, nomeadamente os de poluição ou de alterações climáticas. Não são também referidos equipamentos que permitam implementar as novas metodologias resultantes da investigação em educação ambiental, como, por exemplo, dispositivos digitais móveis.

3.1.4. Pontos Fortes.

A diversidade de áreas e equipamentos da ESEB, adequadas à multi e interdisciplinaridade.

3.1.5. Recomendações de melhoria.

Aquisição de equipamento específico para o estudo dos problemas ambientais.

Aquisição de equipamentos que permitam implementar as novas metodologias resultantes da investigação em educação ambiental, como, por exemplo, dispositivos digitais móveis.

#### **3.2. Parcerias**

3.2.1. O ciclo de estudos estabeleceu e tem consolidada uma rede de parceiros internacionais.

Sim

3.2.2. O ciclo de estudos promove colaborações com outros ciclos de estudo dentro da sua instituição, bem como com outras instituições de ensino superior nacionais.

Em parte

3.2.3. Existem procedimentos definidos para promover a cooperação interinstitucional no ciclo de estudos.

Em parte

3.2.4. Existe uma prática de relacionamento do ciclo de estudos com o seu meio envolvente, incluindo o tecido empresarial e o sector público.

Em parte

3.2.5. Evidências que fundamentem a classificação de cumprimento assinalada.

A ESEB, através do IPB, integra o Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos e participa na Associação dos Politécnicos do Norte. A ESEB tem redes de parcerias com associações ambientais e com as autarquias da região e das regiões de captação de alunos, com as quais celebrou protocolos de cooperação para a formação em contexto de trabalho e de estágio. Colabora ainda com Instituições transnacionais, como a Fundação Rei Afonso Henriques e na organização do centro de Educação Ambiental do Ayuntamiento de Berriozar.

No entanto, não se referem parcerias com IES portuguesas ou com empresas.

3.2.6. Pontos Fortes.

Cooperação com organizações governamentais e não governamentais de Conservação da Natureza locais, regionais, nacionais e internacionais.

3.2.7. Recomendações de melhoria.

Parcerias com IES portuguesas e empresas.

## **4. Pessoal docente e não docente**

### **4.1. Pessoal Docente**

4.1.1. O corpo docente cumpre os requisitos legais.

Em parte

4.1.2. Os membros do corpo docente (em tempo integral ou parcial) têm a competência académica e experiência de ensino adequadas aos objectivos do ciclo de estudos.

Em parte

4.1.3. O número e o regime de trabalho dos membros do pessoal docente correspondem às necessidades do ciclo de estudos.

Sim

4.1.4. É definida a carga horária do pessoal docente e a sua afectação a actividades de ensino, investigação e administrativas.

Em parte

4.1.5. O corpo docente em tempo integral assegura a grande maioria do serviço docente.

Sim

4.1.6. A maioria dos docentes mantém a sua ligação ao ciclo de estudos por um período superior a três anos.

Sim

4.1.7. Existem procedimentos para avaliação da competência e do desempenho dos docentes do ciclo de estudos.

Sim

4.1.8. É promovida a mobilidade do pessoal docente, quer entre instituições nacionais, quer internacionais.

Em parte

4.1.9. Evidências que fundamentem a classificação de cumprimento assinalada.

Lecionam no ciclo de estudos 12 docentes, todos eles em regime de tempo integral e com vínculo à IES superior a três anos. Após a redefinição das áreas de estudo apresentada na pronúncia, a CAE considera que a ESEB apresenta um corpo docente próprio (100% dos docentes em TI) e academicamente qualificado (75% de doutores), mas não especializado, uma vez que o número de doutores/especialistas, embora seja superior aos 50% definidos na alínea i) do n.º 6 do art.º 16 do DL 115/2013 de 7 de Agosto, não respeita a proporção entre áreas de estudo fundamentais do CE, como determina o n.º 8 do artigo 16 do mesmo DL (i.e. apenas um dos docentes é doutorado na área das Ciências da Natureza, quando a lei determina um mínimo de quatro).

O IPB tem um sistema de avaliação do pessoal docente, estando a sua carga letiva definida. Durante a visita foi fornecida a informação de que o processo de avaliação do pessoal docente integra as actividades de ensino, investigação e administrativas.

4.1.10. Pontos Fortes.

Todos os docentes do ciclo de estudo estão em regime de tempo integral e têm vínculo à IES superior a três anos.

O IPB tem um sistema de avaliação do pessoal docente.

4.1.11. Recomendações de melhoria.

Cumprir o estabelecido no n.º 8 do artigo 16 do DL n.º 115/2013 de 7 de Agosto, pelo que a distribuição dos docentes especializados pelas áreas fundamentais do CE (i.e. Ciências da Natureza e Ciências da Educação), deve estar em correspondência com o peso de cada uma dessas áreas no CE (ver pontos A.11.2 e 10.4).

### **4.2. Pessoal Não Docente**

4.2.1. O pessoal não docente tem a competência profissional e técnica adequada ao apoio à

leccionação do ciclo de estudos.

Sim

4.2.2. O número e o regime de trabalho do pessoal não docente correspondem às necessidades do ciclo de estudos.

Sim

4.2.3. O desempenho do pessoal não docente é avaliado periodicamente.

Sim

4.2.4. O pessoal não docente é aconselhado a frequentar cursos de formação avançada ou de formação contínua.

Sim

4.2.5. Evidências que fundamentem a classificação de cumprimento assinalada.

A ESEB tem 25 funcionários não docentes a tempo integral, 23 dos quais com ligação mais direta ao funcionamento do mestrado, tendo a maioria o grau de licenciado.

O IPB possui um plano de formação anual, incentiva e apoia a frequência de ações e cursos internos, apoiando financeiramente a frequência de cursos externos à ESEB.

Não há referência ao apoio de formação conferente de grau.

4.2.6. Pontos Fortes.

Plano de formação anual do IPB.

Apoio à frequência de ações e cursos internos e à frequência de cursos externos à ESEB.

4.2.7. Recomendações de melhoria.

Apoio à formação conferente de grau.

## **5. Estudantes e ambientes de ensino/aprendizagem**

### **5.1. Caracterização dos estudantes**

5.1.1. Existe uma caracterização geral dos estudantes envolvidos no ciclo de estudos, incluindo o seu género, idade, região de proveniência e origem sócio-económica (escolaridade e situação profissional dos pais).

Sim

5.1.2. Verifica-se uma procura do ciclo de estudos por parte dos potenciais estudantes ao longo dos últimos 3 anos.

Em parte

5.1.3. Evidências que fundamentem a classificação de cumprimento assinalada.

Há um equilíbrio no número de estudantes do sexo feminino e do sexo masculino. A maioria dos estudantes tem mais de 28 anos, são estrangeiros, sendo a totalidade dos nacionais da Região Norte. A maioria dos pais tem como nível de escolaridade o ensino básico.

A procura do curso tem sido muito reduzida ao nível nacional, tendo em 2010/2011 sido iniciada uma turma em São Tomé e Príncipe.

5.1.4. Pontos Fortes.

O esforço de oferta do curso fora do país.

5.1.5. Recomendações de melhoria.

Encontrar novas estratégias de aumento da procura do ciclo de estudos.

Atrair estudantes de outras regiões.

### **5.2. Ambiente de Ensino/Aprendizagem**

5.2.1. São tomadas medidas adequadas para o apoio pedagógico e o aconselhamento sobre o percurso académico dos estudantes.

Sim

5.2.2. São tomadas medidas para promover a integração dos estudantes na comunidade académica.

Sim

5.2.3. Existe aconselhamento dos estudantes sobre a possibilidade de financiamento e de emprego.

Sim

5.2.4. Os resultados de inquéritos de satisfação dos estudantes são usados para melhorar o processo de ensino/aprendizagem.

Sim

5.2.5. A instituição cria condições para promover a mobilidade dos estudantes.

Sim

5.2.6. Evidências que fundamentem a classificação de cumprimento assinalada.

Existem vários órgãos, associações, pessoas e recursos virtuais que apoiam os estudantes no seu percurso académico, na sua integração na comunidade académica, o financiamento e a criação de emprego.

Realização de inquéritos de satisfação dos estudantes, cujos resultados são analisados pela CC, pela Direção da Escola, pelos Departamentos a que os docentes pertencem e usados para refletir com os docentes sobre as medidas a tomar para melhorar o processo de ensino/aprendizagem.

Para promover a mobilidade dos estudantes; é usado o processo de creditação nos concursos de acesso ao IPB, realiza-se o reconhecimento académico da formação efetuada pelos estudantes no âmbito da mobilidade Erasmus e internacional, através da utilização do contrato de estudos e do boletim de registo académico; são atribuídos créditos à formação extracurricular efetuada pelos estudantes durante a permanência na instituição; é usado o suplemento ao diploma.

5.2.7. Pontos Fortes.

Diversidade de apoios aos estudantes no que se refere a várias dimensões da sua vida académica ao longo do ciclo de estudos em apreço.

Realização de inquéritos de satisfação dos estudantes, cujos resultados são analisados e usados para refletir com os docentes para melhorar o processo de ensino/aprendizagem.

Utilização do sistema ECTS e do Suplemento ao Diploma, assim como do reconhecimento da formação dos estudantes em mobilidade.

5.2.8. Recomendações de melhoria.

Para melhor divulgar do curso, foi referido na visita que seria desejável que fossem convidadas as entidades governamentais para o Encontro de Educação Ambiental, que se realiza anualmente na ESEB.

## **6. Processos**

### **6.1. Objectivos de Ensino, Estrutura Curricular e Plano de Estudos**

6.1.1. Estão definidos os objectivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências) a desenvolver pelos estudantes e foram operacionalizados os objectivos permitindo a medição do grau de cumprimento.

Sim

6.1.2. A estrutura curricular corresponde aos princípios do Processo de Bolonha.

Sim

6.1.3. Existe um sistema de revisão curricular periódica que assegura a actualização científica e de métodos de trabalho.

Em parte

6.1.4. O plano de estudos garante a integração dos estudantes na investigação científica e/ou actividades profissionais.

Em parte

6.1.5. Evidências que fundamentem a classificação de cumprimento assinalada.

Os objetivos de aprendizagem são claros e aplicados à Educação Ambiental, estando os mesmos



operacionalizados nas diversas UCs. São cumpridas as condições do número de ECTS (ver ponto A11.3.2) e em qualquer dos planos o número mínimo de ECTS para as partes lectivas (curso de mestrado) e experimental (dissertação/trabalho de Projecto/estágio) cumpre os requisitos da lei. O RAA refere a existência de revisão curricular, científica e de métodos de trabalho periódica, não se verificando, todavia, a integração de resultados atuais e relevantes de investigação científica, nomeadamente no que se refere aos métodos de educação ambiental, em algumas UCs. Embora as UCs integrem métodos de trabalho que fomentam a pesquisa científica pelos alunos, não se encontraram no RAA evidências da sua participação como coautores em publicações científicas.

#### 6.1.6. Pontos Fortes.

Objetivos de aprendizagem aplicados à Educação Ambiental.

Revisão curricular periódica.

#### 6.1.7. Recomendações de melhoria.

Garantir a atualização científica e pedagógica das UCs.

Criar estratégias de participação dos estudantes em actividades científicas.

## 6.2. Organização das Unidades Curriculares

6.2.1. São definidos os objectivos da aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências) que os estudantes deverão desenvolver em cada unidade curricular.

Sim

6.2.2. Existe coerência entre os conteúdos programáticos e os objectivos de cada unidade curricular.

Em parte

6.2.3. Existe coerência entre as metodologias de ensino e os objectivos de cada unidade curricular.

Em parte

6.2.4. Existem mecanismos para assegurar a coordenação entre as unidades curriculares e os seus conteúdos.

Em parte

6.2.5. Os objectivos de cada unidade curricular são divulgados entre os docentes e os estudantes.

Sim

6.2.6. Evidências que fundamentem a classificação de cumprimento assinalada.

As Fichas das Unidades Curriculares (FUCs) apresentam todos os campos preenchidos. No entanto, algumas FUCs não estão preenchidas de forma adequada, nomeadamente no que se refere à explicitação da consistência entre os objetivos, conteúdos e metodologias.

Embora exista uma CC e um processo de revisão das UCs, em que estão envolvidos os

Coordenadores de Departamento, não se encontram evidências, no RAA, de reuniões periódicas dos docentes do curso, nomeadamente para a procura de interdisciplinaridade e de coordenação entre as UCs e os seus conteúdos. Na visita, foi referido que, para o efeito, existem contactos eficazes, não formais, entre os docentes.

Existe um guia ECTS na página Web da Escola.

Na pronúncia a IES comprometeu-se a apresentar uma proposta ao CP, a fim de garantir reuniões anuais entre docentes “(...) tendo em vista a articulação entre as diversas UCs, a discussão de propostas de atividades interdisciplinares e a análise de eventuais problemas de funcionamento.”

#### 6.2.7. Pontos Fortes.

Existe um guia ECTS na página Web Escola.

#### 6.2.8. Recomendações de melhoria.

Promover reuniões periódicas entre os docentes do curso. Na pronúncia a IES refere a intenção de apresentar uma proposta de alteração ao Regulamento do CP no sentido de instituir “(...) como norma a realização de reuniões anuais com os docentes dos respetivos cursos, promovidas pelas Comissões de Curso, tendo em vista a articulação entre as diversas unidades curriculares, a discussão de propostas de atividades interdisciplinares e a análise de eventuais problemas de

funcionamento.”

### **6.3. Metodologias de Ensino/Aprendizagem**

6.3.1. As metodologias de ensino e as didácticas estão adaptadas aos objectivos de aprendizagem das unidades curriculares.

Em parte

6.3.2. A carga média de trabalho necessária aos estudantes corresponde ao estimado em ECTS.

Sim

6.3.3. A avaliação da aprendizagem dos estudantes é feita em função dos objectivos da unidade curricular.

Sim

6.3.4. As metodologias de ensino facilitam a participação dos estudantes em actividades científicas e/ou profissionais.

Em parte

6.3.5. Evidências que fundamentem a classificação de cumprimento assinalada.

A análise do RAA e a visita realizada permitem afirmar que nas diversas UCs são utilizados diferentes métodos de ensino adaptados aos objetivos de aprendizagem. No entanto, não se encontraram evidências de utilização de métodos de educação ambiental, resultantes da investigação nesta área nos últimos anos. Na pronúncia, nada é dito em relação à resolução deste problema. Foi também referida a insuficiência de aulas de campo e outdoor.

Embora as UCs integrem métodos de trabalho que fomentam a pesquisa científica e as atividades profissionais realizadas pelos alunos, com especial ênfase para a UC de Estágio/Trabalho de Projeto/Dissertação, não se encontraram no RAA, nem na visita, evidências de participação de alunos como coautores em publicações de carácter científico.

Na pronúncia a IES indicou 13 referências bibliográficas, 10 das quais em 2014, com a participação conjunta de docentes e estudantes em encontros de divulgação científica, sendo de salientar o seu esforço nesse sentido.

6.3.6. Pontos Fortes.

Algumas FUCs apresentam elevada qualidade didática.

Utilização de diferentes métodos de ensino adaptados aos objetivos de aprendizagem das UCs.

6.3.7. Recomendações de melhoria.

Criação de estratégias de participação dos estudantes como coautores em publicações de carácter científico.

Utilização de métodos de educação ambiental, resultantes da investigação nesta área nos últimos anos.

Realização de aulas de campo e outdoor nas UCs em que tal se justifica.

## **7. Resultados**

### **7.1. Resultados Académicos**

7.1.1. O sucesso académico da população discente é efectivo e facilmente mensurável.

Em parte

7.1.2. O sucesso académico é semelhante para as diferentes áreas científicas e respectivas unidades curriculares.

Em parte

7.1.3. Os resultados da monitorização do sucesso escolar são utilizados para a definição de acções de melhoria no mesmo.

Sim

7.1.4. Não há evidência de dificuldades de empregabilidade dos graduados.

Não

7.1.5. Evidências que fundamentem a classificação de cumprimento assinalada.

Os resultados apresentados no RAA e confirmados na visita apontam para uma reduzida eficiência formativa. A adenda ao RAA refere que há um número relevante de estudantes que não terminaram o ciclo de estudos no prazo previsto, estando o trabalho individual dos estudantes e a orientação tutória na UC de Estágio/Trabalho de Projeto/Dissertação mal dimensionados. Nesse contexto, propõe-se que o ciclo de estudos passe a ter 120 ECTS, sendo o 2.º ano inteiramente dedicado ao Estágio/Trabalho de Projeto/Dissertação.

Os dados apresentados no RAA não permitem avaliar a semelhança de sucesso entre as várias UCs. É afirmado “Em caso de necessidade, é sugerido aos docentes a reflexão sobre os motivos de um menor sucesso escolar”, mas não se explicitam os critérios definidores da necessidade.

Parece existir dificuldade de empregabilidade em sectores de atividade relacionados com o ciclo de estudos, para a maioria dos estudantes que o terminam.

7.1.6. Pontos Fortes.

Os resultados da monitorização do sucesso escolar são utilizados para a definição de ações de melhoria no mesmo.

7.1.7. Recomendações de melhoria.

Melhorar a apresentação e interpretação dos dados sobre o sucesso académico dos estudantes.

## **7.2. Resultados da actividade científica, tecnológica e artística**

7.2.1. Existem Centro(s) de Investigação reconhecido(s), na área científica do ciclo de estudos onde os docentes desenvolvam a sua actividade.

Em parte

7.2.2. Existem publicações científicas do corpo docente do ciclo de estudos em revistas internacionais com revisão por pares, nos últimos 3 anos e na área do ciclo de estudos.

Em parte

7.2.3. Existem outras publicações científicas relevantes do corpo docente do ciclo de estudos.

Em parte

7.2.4. As actividades científicas, tecnológicas e artísticas têm uma valorização e impacto no desenvolvimento económico.

Sim

7.2.5. As actividades científica, tecnológica e artística estão integradas em projectos e/ou parcerias nacionais e internacionais.

Em parte

7.2.6. Os resultados da monitorização das actividades científica, tecnológica e artística são usados para a sua melhoria.

Não

7.2.7. Evidências que fundamentem a classificação de cumprimento assinalada.

O RAA refere a afiliação docente a seis centros de investigação, sem referir as respectivas classificações ou o número de docentes participantes.

O RAA refere apenas 5 publicações científicas em revistas internacionais, com revisão por pares nos últimos 5 anos, num total de 12 docentes; outras publicações científicas são também em número reduzido e em meios com pouco impacto. A lista atualizada refere mais 8 publicações em revistas internacionais, num total de 62 publicações, entre 2009-2013 e 19 em 2014. Todavia, apenas uma minoria se enquadra na área de Ciências da Natureza, sendo a maioria em Ciências da Educação. No RAA não se reconhece a necessidade de melhoria da produção científica na área do ciclo de estudos. A atividade científica, tecnológica e artística dos docentes e estudantes tem fortes ligações aos contextos educativos e institucionais da região, enquadrando-se em diversas parcerias, mas há poucas evidências de integração da mesma em projetos nacionais e internacionais.

#### 7.2.8. Pontos Fortes.

Atividade científica, tecnológica e artística dos docentes e estudantes com fortes ligações aos contextos educativos e institucionais da região.

Diversidade de publicações apresentadas na adenda ao RAA.

#### 7.2.9. Recomendações de melhoria.

Melhorar a produção científica na área fundamental do ciclo de estudos.

Participação de docentes e discentes em projetos de investigação nacionais e internacionais.

### 7.3. Outros Resultados

7.3.1. No âmbito do presente ciclo de estudos, existem actividades de desenvolvimento tecnológico e artístico, prestação de serviços à comunidade ou formação avançada.

Em parte

7.3.2. O ciclo de estudos contribui para o desenvolvimento nacional, regional e local, a cultura científica e a acção cultural, desportiva e artística.

Em parte

7.3.3. O conteúdo das informações sobre a instituição, o ciclo de estudos e o ensino ministrado são realistas.

Sim

7.3.4. Existe um nível significativo de internacionalização do ciclo de estudos.

Sim

7.3.5. Evidências que fundamentem a classificação de cumprimento assinalada.

A ESEB realiza anualmente o Encontro de Educação Ambiental.

O gabinete de formação contínua tem larga experiência na oferta formativa.

Para além de oferecer diplomados ao mercado de trabalho, a ESEB organiza eventos e exposições, atividades em escolas e outras instituições, em colaboração com instituições locais. A ESEB desenvolve também cooperação transfronteiriça e internacional.

Segundo o RAA, 71% dos estudantes do ciclo de estudos em apreço são estrangeiros e 6% dos estudantes participa em programas internacionais de mobilidade.

#### 7.3.6. Pontos Fortes.

Colaboração com instituições locais e transfronteiriças.

Colaboração internacional, nomeadamente com São Tomé e Príncipe.

#### 7.3.7. Recomendações de melhoria.

Criar atividades de desenvolvimento tecnológico local, regional e internacional na área da Educação Ambiental.

## 8. Observações

#### 8.1. Observações:

Nada a referir.

#### 8.2. Observações (PDF, máx. 100kB):

<sem resposta>

## 9. Comentários às propostas de acções de melhoria

#### 9.1. Objectivos gerais do ciclo de estudos:

Nada se aplica.

#### 9.2. Alterações à estrutura curricular:

Na adenda ao RAA, a estrutura curricular mantém as suas características essenciais. Com efeito,

embora o número de ECTS passe de 90 para 120 no novo plano de estudos, a maior diferença reside no número de ECTS da Estágio/Trabalho de Projeto/Dissertação, que passa dos actuais 30 para 55 ECTS. É também criada a UC Seminário de Acompanhamento de Estágio, ou Trabalho de Projeto ou Dissertação (5 ECTS).

Sublinha-se novamente o que foi referido no ponto A11.2.2. Sendo um curso de Educação Ambiental, seria desejável um maior equilíbrio de ECTS entre as áreas das Ciências da Natureza (92 ECTS) e das Ciências da Educação, o que poderia ser evitado se, por ex. a área científica da Estágio/Trabalho de Projeto/Dissertação não fosse exclusivamente Ciências da Natureza.

#### 9.3. Alterações ao plano de estudos:

A alteração do plano de estudos, proposta em adenda ao RAA, é considerada positiva já que vem ao encontro de algumas preocupações devidamente assinaladas no RAA.

#### 9.4. Organização interna e mecanismos de garantia da qualidade:

Nada se aplica.

#### 9.5. Recursos materiais e parcerias:

Proposta adequada, conforme referido no ponto 3.1.5 e que deve ser equacionada em função dos objectivos e da disponibilidade financeira da IES.

#### 9.6. Pessoal docente e não docente:

Não se aplica.

#### 9.7. Estudantes e ambientes de ensino/aprendizagem:

Nada a comentar.

#### 9.8. Processos:

Proposta pertinente, mas que deve ser equacionada de acordo com a disponibilidade financeira da IES.

#### 9.9. Resultados:

Proposta pertinente, devidamente equacionada no novo plano de estudos.

## 10. Conclusões

#### 10.1. Recomendação final.

O ciclo de estudos deve ser acreditado condicionalmente

#### 10.2. Período de acreditação condicional (se aplicável):

1

#### 10.3. Condições (se aplicável):

Condições a satisfazer no prazo de um ano: Cumprir o estabelecido na lei no que concerne à especialização do corpo docente (i.e. pelo menos de 50% do corpo docente deve ser constituído por especialistas de reconhecida experiência e competência profissional na área ou áreas de formação fundamentais do ciclo de estudos ou por doutores especializados nessa área ou áreas).

Condições a satisfazer no prazo de três anos: Aumentar (1) a produtividade científica na área fundamental do ciclo de estudos, com publicações em revistas internacionais e com revisão por pares e (2) as actividades de desenvolvimento profissional de alto nível (e.g. actividades de desenvolvimento tecnológico e artístico, prestação de serviços à comunidade ou formação avançada).

#### 10.4. Fundamentação da recomendação:

Na sua pronúncia a IES solicita "(...) ao Conselho de Administração da A3ES que considere o ciclo de estudos em Mestrado em Educação Ambiental acreditado por 3 anos". Tal pedido assenta no pressuposto de que, uma vez considerada, como fundamental, a área de estudos das Ciências da Educação (ponto A.11.2.2), o corpo docente passa a cumprir os requisitos da lei. Nesse sentido, consideram que as áreas de doutoramento de cinco dos docentes "enquadram-se no domínio das Ciências da Educação".

Estabelece o art.º 16 do DL n.º 115/2013 de 7 de Agosto, que o corpo docente é especializado

quando, pelo menos 50% do corpo docente total é constituído por doutores/especialistas de reconhecida experiência e competência profissional na área ou áreas fundamentais do CE (n.º 6 do referido DL) e que “quando exista mais do que uma área de formação fundamental (...) os docentes especializados (...) devem ter uma distribuição por áreas adequada ao peso de cada uma” (n.º 8 do art.º 16 do referido DL).

No caso vertente e atendendo ao peso das áreas fundamentais do CE (ponto A.11.2.2), essa distribuição deveria ser de 4 doutores/especialistas na área das Ciências da Natureza (50,4% dos ECTS) e de 3 doutores/especialistas na da Ciências da Educação (33,8% dos ECTS). Todavia, como se referiu em 4.1.9, apenas um dos docentes é doutorado na área das Ciências da Natureza. Nesse contexto, o corpo docente não pode ser considerado de “especializado”.

Assim, a CAE mantém as condições de acreditação condicional elencadas no relatório preliminar (ponto 10.3).

A CAE congratula-se todavia com o trabalho de melhoria já produzido e com o bom acolhimento que as suas propostas mereceram.

Como aspectos positivos e aspectos a rever pela ESEB, a CAE salienta ainda os seguintes:

## 1. ASPECTOS POSITIVOS

Boa organização interna da ESEB, com bom nível de informatização, boa articulação entre os órgãos, permitindo fácil e atempada difusão de informação e fácil monitorização do processo de aprendizagem;

Boas instalações, com espaços físicos adequados para a lecionação do curso, que permitem boas condições de trabalho e estudo e tornam apelativa a permanência na instituição;

Pessoal não docente motivado, envolvido, empenhado na missão da instituição e do ciclo de estudos, que tem frequentado ações de formação relevantes, embora não conferentes de grau;

Apoios diversificados e relevantes à integração e participação dos estudantes;

Curso multidisciplinar, com ligação à comunidade e a diversos contextos de trabalho, ministrado em horário pós-laboral e, assim, aberto a profissionais;

Significativa internacionalização e relevantes parcerias locais, transfronteiriças e internacionais;

Corpo docente estável que desenvolve o processo de ensino-aprendizagem, recorrendo a diversos métodos e processos de avaliação e apresentando disponibilidade e flexibilidade no apoio aos alunos; Mecanismos de apoio à empregabilidade.

## 2. ASPECTOS A REVER:

Os docentes distribuem-se por múltiplas UCs;

Considerando o número de docentes a lecionar no ciclo de estudos, o número de publicações científicas em revistas internacionais, com revisão por pares, nos últimos 5 anos é reduzido (são referidas 8 na adenda ao RAA), não sendo referidos projetos de investigação onde os docentes estejam envolvidos. O aumento do número de publicações científicas internacionais com referee, os projetos de investigação e as publicações nacionais, na área de Ciências da Natureza, dado que a grande maioria é na área das Ciências da Educação, deve ser assim urgente e prioritária;

Fraca procura do curso e baixa eficiência formativa, verificando-se dificuldades no que se refere à conclusão do Estágio/Trabalho de Projeto/Dissertação;

Não se encontram nas FUCs referências a projetos e a produtos resultantes de recente investigação científica internacional em Educação Ambiental, pelo que se deve integrar no ciclo de estudos os resultados da recente investigação científica internacional em Educação Ambiental. Na pronúncia, nada é dito em relação à resolução deste problema;

Exiguidade de aulas de campo e outdoor e exiguidade de equipamentos que permitam a aplicação de métodos de educação ambiental sugeridos pela investigação científica, sendo a dificuldade de aquisições reconhecida no RAA. Na pronúncia, nada é dito em relação à resolução deste problema.